



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EXTRAORDINÁRIA 2025

Município de Carmo do Cajuru/MG

**Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Carmo do Cajuru
PREVCARMO**

Data focal: 31 de agosto de 2025

Nota técnica: 2024.000157.1

Versão: 01

Data de elaboração: 26/10/2025

1) Apresentação

Procedemos à Avaliação Atuarial extraordinária do exercício de 2025, posicionada em 31 de agosto de 2025, contemplando a Legislação e a Nota Técnica Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social vigente na data-base desta Avaliação Atuarial, assim como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, posicionados na data base de 31/08/2025.

2) Base Técnica Atuarial

A seguir será apresentada a Base Técnica Atuarial utilizada.

Tabela 1: Tábuas Biométricas utilizadas em função do evento gerador

EVENTO GERADOR		TÁBUA UTILIZADA
Fase laborativa	Masculino	IBGE - 2023 Homens
	Feminino	IBGE - 2023 Mulheres
Fase pós-laborativa	Masculino	IBGE - 2023 Homens
	Feminino	IBGE - 2023 Mulheres
Mortalidade de Inválidos	Masculino	IBGE - 2023 Homens
	Feminino	IBGE - 2023 Mulheres
Entrada em Invalidez		ALVARO VINDAS

Tabela 2: Premissas utilizadas no cálculo atuarial

PREMISSA	UTILIZADO EM 2021
Taxa de Juros Real	5,19%
Taxa de Crescimento Salarial Real	2,45%
Taxa de Despesa Administrativa	3,60%
Taxa de Rotatividade	1,00%
Compensação Previdenciária a receber	Sim

3) Consolidado Estatístico das Informações Cadastrais

A tabela abaixo apresenta a distribuição do quantitativo de participantes, sua folha mensal de remuneração e a remuneração média calculada para cada tipo de participante (ativo, aposentado e pensionista).

Tabela 3: Distribuição de participantes

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUN. MÉDIA	IDADE MÉDIA
Ativos	R\$ 1.542.088,24	446	R\$ 3.457,60	46
Aposentados Normais	R\$ 892.215,48	188	R\$ 4.745,83	64
Aposentados por Invalidez	R\$ 56.359,21	21	R\$ 2.683,77	60
Pensionistas	R\$ 72.450,52	29	R\$ 2.498,29	66
Total	R\$ 2.563.113,45	684	R\$ 3.747,24	52

4) Custos Previdenciários

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela 4: Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria Normal	Capitalização	PUC
Reversão da Aposentadoria Normal em Pensão	Capitalização	PUC
Aposentadoria por Invalidez	Repartição de Capitais de Cobertura	---
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	Repartição de Capitais de Cobertura	---
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Repartição de Capitais de Cobertura	---

4.1) Custo Normal Total

A tabela a seguir apresenta o Custo Normal anual calculado para o RPPS.

Tabela 5: Custo Normal calculado

CUSTO NORMAL ANUAL	TAXA SOBRE A FOLHA DE ATIVOS
Aposentadoria com reversão ao dependente	18,97%
Invalidez com reversão ao dependente	3,54%
Pensão de ativos	3,26%
CUSTO NORMAL ANUAL	25,77%
Administração do Plano	3,60%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	29,37%

4.2) Plano de Custeio

As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao RPPS somam 31,52% (14,00% para o servidor e 17,52% para o Município). A avaliação atuarial extraordinária demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Municipal, para a formação equilibrada das Provisões para pagamento de benefícios, devem somar 29,37% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Assim, o plano de custeio normal vigente poderá ser mantido.

Tabela 6: Plano de Custeio do Custo Normal

DISCRIMINAÇÃO		ALÍQUOTA
Contribuição do Município	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	17,52%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	---
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	---
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado*	14,00%
	Pensionista*	14,00%

* A contribuição dos aposentados e pensionistas incide sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.

A tabela a seguir apresenta as bases cálculo das contribuições e a receita mensal de contribuição para o Ente e participantes.

Tabela 7: Bases de cálculo e receitas de contribuição

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA
Ativos	Folha de salários	R\$ 1.542.088,24	14,00%	R\$ 215.892,35
Aposentados	Excedente ao teto do INSS	R\$ 18.881,78	14,00%	R\$ 2.643,45
Pensionistas	Excedente ao teto do INSS	R\$ 3,58	14,00%	R\$ 0,50
Ente	Folha de salários	R\$ 1.542.088,24	17,52%	R\$ 270.173,86
Ente	Aportes	---	---	R\$ 413.465,37
Ente	Parcelamentos	---	---	R\$ 13.132,91
Total				R\$ 915.308,45

(*) Correspondente a 1/12 avos do valor do aporte anual para o ano de 2025, de acordo com a Lei Complementar nº 142, de 30/10/2024.

Tabela 8: Resultado Financeiro do RPPS

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Receita Total (Contribuição)	R\$ 915.308,45
Despesa Total (despesas previdenciárias)	R\$ 1.076.540,39
Resultado (receitas - despesas)	(R\$ 161.231,94)
Resultado sobre folha salarial	-10,46%
Resultado sobre arrecadação	-17,62%

5) Reservas Matemáticas e Saldo do Sistema

A tabela seguinte apresenta as Reservas Matemáticas e o Saldo do Sistema (déficit, equilíbrio ou superávit).

Tabela 9: Provisões Matemáticas e Saldo do Sistema

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	R\$ (152.160.492,83)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ 417.518,18
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R\$ (9.012.797,40)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 60,08
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	R\$ 15.546.790,60
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (RMBC)	R\$ (145.208.921,37)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	R\$ (102.844.669,73)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	R\$ 65.229.441,09
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BAC)	R\$ 13.372.030,05
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (RMBAC)	R\$ (24.243.198,59)
(-) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ (145.208.921,37)
(-) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ (24.243.198,59)
PROVISÕES MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	R\$ (169.452.119,96)
(+) Ativos Financeiros	R\$ 34.497.353,65
(+) Valor do Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	R\$ 275.581,99
DEFICIT ATUARIAL	R\$ (134.679.184,32)

Considerando-se o Plano de Custeio Normal vigente, observa-se que as Provisões Matemáticas equivalem a R\$ 169.452.119,96. Como o Ativo Total corresponde a R\$ 32.541.828,74, o plano apresentou um Resultado Técnico Atuarial Deficitário de R\$ 134.679.184,32.

O Município de Carmo do Cajuru através da Lei Complementar nº 142, de 30/10/2024, instituiu um Plano de Amortização por aportes para o equacionamento do Déficit Técnico do Plano. O montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é de R\$ 113.697.476,83.

Como o montante correspondente ao Valor Presente dos aportes futuros deste Plano de Amortização é superior ao Déficit Atuarial, **recomenda-se a sua alteração**, conforme a tabela a seguir.

Tabela 10: Financiamento do Déficit Técnico Atuarial por aporte suplementar

ANO	DÉFICIT ATUARIAL INICIAL (R\$)	APORTES SUPLEMENTARES (R\$)				DÉFICIT ATUARIAL FINAL (R\$)
		VALOR TOTAL	PREFEITURA	CÂMARA	SAAE	
2025	134.679.184,32	4.611.697,02	4.332.508,61	112.585,90	166.602,51	137.057.336,97
2026	137.057.336,97	4.961.584,47	4.648.902,91	150.533,48	149.947,36	139.209.028,28
2027	139.209.028,28	7.225.104,08	6.769.774,37	219.208,22	218.354,70	139.208.872,78
2028	139.208.872,78	7.577.445,51	7.099.911,06	229.898,19	229.003,05	138.856.367,77
2029	138.856.367,77	7.926.789,09	7.427.238,84	240.497,20	239.560,79	138.136.224,16
2030	138.136.224,16	8.343.516,69	7.817.704,06	253.140,63	252.155,00	136.961.977,50
2031	136.961.977,50	8.739.526,02	8.188.756,67	265.155,48	264.123,06	135.330.778,12
2032	135.330.778,12	9.134.232,48	8.558.588,54	277.130,79	276.051,75	133.220.213,02
2033	133.220.213,02	9.470.982,21	8.874.116,13	287.347,71	286.228,89	130.663.359,86
2034	130.663.359,86	9.783.481,35	9.166.921,41	296.828,88	295.673,13	127.661.306,89
2035	127.661.306,89	10.013.715,54	9.382.646,13	303.814,13	302.631,19	124.273.213,17
2036	124.273.213,17	10.069.158,69	9.434.595,22	305.496,27	304.306,78	120.653.834,25
2037	120.653.834,25	10.064.566,49	9.430.292,43	305.356,94	304.167,99	116.851.201,75
2038	116.851.201,75	10.083.499,71	9.448.032,46	305.931,37	304.740,19	112.832.279,42
2039	112.832.279,42	10.031.923,48	9.399.706,59	304.366,56	303.181,47	108.656.351,24
2040	108.656.351,24	10.103.457,06	9.466.732,09	306.536,87	305.343,33	104.192.158,81
2041	104.192.158,81	10.131.699,05	9.493.194,26	307.393,73	306.196,85	99.468.032,80
2042	99.468.032,80	10.183.305,82	9.541.548,74	308.959,47	307.756,50	94.447.117,88
2043	94.447.117,88	10.200.478,44	9.557.639,14	309.480,48	308.275,48	89.148.444,86
2044	89.148.444,86	10.167.591,07	9.526.824,35	308.482,69	307.281,57	83.607.658,08
2045	83.607.658,08	10.143.178,84	9.503.950,58	307.742,03	306.543,79	77.803.716,70
2046	77.803.716,70	10.166.199,95	9.525.520,89	308.440,48	307.239,53	71.675.529,64
2047	71.675.529,64	10.201.190,38	9.558.306,21	309.502,08	308.297,00	65.194.299,25
2048	65.194.299,25	10.206.157,60	9.562.960,40	309.652,79	308.447,11	58.371.725,78
2049	58.371.725,78	10.206.166,36	9.562.968,60	309.653,05	308.447,38	51.195.051,98
2050	51.195.051,98	10.207.569,30	9.564.283,13	309.695,62	308.489,78	43.644.505,88
2051	43.644.505,88	10.203.702,04	9.560.659,58	309.578,29	308.372,90	35.705.953,69
2052	35.705.953,69	10.141.599,30	9.502.470,59	307.694,10	306.496,05	27.417.493,39
2053	27.417.493,39	10.199.165,19	9.556.408,65	309.440,64	308.235,79	18.641.296,11
2054	18.641.296,11	10.177.532,14	9.536.138,92	308.784,30	307.582,01	9.431.247,24
2055	9.431.247,24	10.269.814,22	9.622.605,34	311.584,12	310.370,92	0,00

Observação: a aplicação de Aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial não impacta a LRF do Ente como Despesa de Pessoal, haja vista que a despesa será empenhada na origem dentro do Grupo 3.3. (Vide Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN).

Cumpra observar, segundo o parágrafo 1º da Portaria MPS nº 746, de 27 de novembro de 2011, para que os Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial não impactem a LRF do Ente Federativo como Despesa de Pessoal, **deverão ser controlados separadamente dos demais recursos e permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 anos.**

Não obstante, segundo a Portaria MF nº 464/2018:

Art. 49. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições, implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à Secretaria de Previdência e ser exigível até 31 de dezembro do exercício subsequente, observará o seguinte:

(...)

III - será considerado, pela Secretaria de Previdência, que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS enquanto referido plano de custeio não for implementado.

Ainda, o Art. 64 da Portaria nº 464/2018 determina:


(...)

§ 4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no demonstrativo previsto no § 2º relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e do dirigente da unidade gestora do RPPS.

§ 5º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS.

Portanto, o Município deverá analisar a viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido para o período previsto (até 2055).

Sendo o que tínhamos.


Thiago Fernandes
Atuário MIBA 100.002